

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00621/2018)**

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Monte Mor/SP
Endereço: Rua Francisco Glicério, 199
Bairro: centro
Telefone: (019) 3879-9000
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br
Representante legal: Thiago Giatti Assis
CPF: 195.660.708-02
Cargo: Prefeito
E-mail: gabinete@montemor.sp.gov.br

CNPJ: 45.787.652/0001-56
CEP: 13190-000
Fax: (019) 3879-9000

Complemento:
Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Endereço: Rua Marilice Lirani, 85
Bairro: Vila Magal
Telefone: (019) 3879-1083
E-mail: ipremor@ipremor.com.br
Representante legal: Fernando José Ginefra Gonçalves
CPF: 062.875.488-43
Cargo: Presidente
E-mail: fernando@ipremor.com.br

CNPJ: 04.865.518/0001-49
CEP: 13190-000
Fax:

Complemento:
Data início da gestão: 02/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 2511 de 31 de outubro de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Monte Mor da quantia de R\$ 19.333.654,18 (dezenove milhões e trezentos e trinta e três mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2017 a 12/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Monte Mor confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 19.333.654,18 (dezenove milhões e trezentos e trinta e três mil e seiscentos e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 322.227,57 (trezentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 322.227,57 (trezentos e vinte e dois mil e duzentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos), vencerá em 10/05/2018 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irrevogável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 2,00% (dois por cento), conforme Lei nº 2511 de 31 de outubro de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00621/2018)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpeleção judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

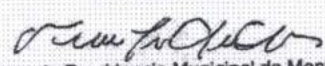
Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Monte Mor - SP / 17/04/2018

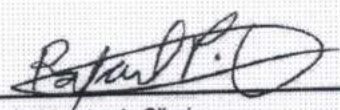
Prefeitura Municipal de Monte Mor
Thiago Giatti Assis


Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor
Fernando José Ginefra Gonçalves

Fernando J. G. Gonçalves
Diretor Presidente
Matr. 998

Testemunhas:


Edison Hackmann
Dir. de Planejamento Orçamentário e Convenios
CPF: 080.667.998-78
RG: 17498154


Rafael Pereira de Oliveira
Fiscal de Rendos e Tributos
CPF: 035.812.728-28
RG: 56884340x

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 00621/2018)

DECLARAÇÃO

Thiago Giatti Assis, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00621/2018, firmado entre o/a Monte Mor e o Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor em 17/04/2018, foi publicado em ____/____/____ no

☒ mural

() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Monte Mor, ____/____/____

Thiago Giatti Assis
Prefeito



~

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00621/2018	Data	17/04/2018
Valor consolidado	19.333.654,18	Valor da prestação inicial	322.227,57
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/05/2018

DEVEDOR

Ente Federativo	Monte Mor/SP	CNPJ	45.787.652/0001-56
Representante Legal	Thiago Giatti Assis	CPF	195.660.708-02
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	2324-8
		Conta nº	60309-0

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdencia Municipal de Monte Mor	CNPJ	04.865.518/0001-49
Representante Legal	Fernando José Ginefra Gonçalves	CPF	062.875.488-43
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2324-8
		Conta nº	57688-3

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

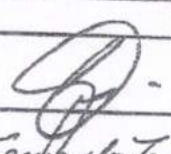
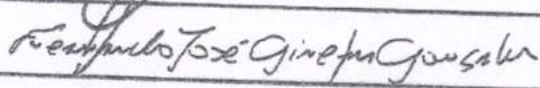
2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Monte Mor/SP - 17/04/2018

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO		
UNIDADE GESTORA		Fernando J. G. Gonçalves Diretor Presidente Matr. 998
BANCO DO BRASIL (*)		

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

~



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 45.787.552/0001-56 Número do acordo: 00621/2018
 Ente: Prefeitura Municipal de Monte Mor / SP
 Título: Parcelamento da Contribuição Patronal competências de jan a 12º de 2.017
 Lei autorizativa do parcelamento: 2511 de 31 de outubro de 2.017

Data de consolidação do Termo: 17/04/2018
 Data de assinatura do Termo: 17/04/2018
 Data de vencimento da 1ª: 10/05/2018

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal
 Competência: Inicial: 01/2017 Final: 12/2017 Quantidade de Parcelas: 60
 Diferença apurada: 17.315.178,96 Diferença apurada atualizada: 19.333.654,18
 Valor da parcela na data de consolidação: 322.227,57

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DATA ÚNICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2017	776.040,75	0,38	3,28	25.454,14	14,00	112.209,28	15.520,82	929.224,99
02/2017	712.314,94	0,33	2,94	20.942,06	13,00	95.323,41	14.246,30	842.826,71
03/2017	788.516,58	0,25	2,66	21.132,24	12,00	97.157,66	15.770,33	922.577,01
04/2017	1.568.949,02	0,14	2,54	39.851,31	11,00	178.966,04	31.378,98	1.817.147,35
05/2017	1.557.888,22	0,31	2,22	34.580,66	10,00	169.228,66	31.153,76	1.782.849,55
06/2017	1.579.399,67	-0,23	2,46	39.853,23	9,00	145.842,76	31.587,99	1.795.483,65
07/2017	1.575.993,91	0,24	2,21	34.829,47	8,00	128.895,87	31.519,88	1.771.209,13
08/2017	1.572.755,91	0,19	2,02	31.769,87	7,00	112.315,79	31.455,12	1.748.297,49
09/2017	1.565.341,53	0,16	1,85	29.014,32	6,00	95.841,35	31.398,83	1.724.564,03
10/2017	1.559.193,08	0,42	1,43	22.295,46	5,00	79.074,48	31.183,86	1.691.747,88
11/2017	1.358.604,03	0,28	1,14	15.468,09	4,00	54.963,68	27.172,08	1.456.227,86
12/2017	2.697.381,32	0,44	0,70	18.881,67	3,00	81.487,89	53.947,63	2.851.696,51
13/2017	0,00		0,70	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:	17.315.178,96			333.093,34		1.339.079,30	348.303,56	19.333.654,18



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Monte Mor / SP - 45.787.652/0001-56
Representante Legal: 195.660.706-02 - Thiago Giatti Assis

Data: 11

Assinatura: _____

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor - 04.865.518/0001-49
Representante Legal: 062.875.438-43 - Fernando José Ginetra Gonçalves

Data: 17/4/18

Assinatura: Fernando J. G. Gonçalves

Diretor Presidente
Matr. 998

TESTEMUNHAS:

Nome: Edison Hackmann
Cargo: Dir. de Planejamento Organizacional e Convenios
CPF: 060.667.998-78

Nome: Rafael Carlos de Oliveira
Cargo: Fiscal de Rendos e Tributos
CPF: 065.812.728-28



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

LEI Nº 2511, de 31 de outubro de 2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar acordo de parcelamento da dívida mantida junto ao IPREMOR – Instituto de Previdência Municipal de Monte Mor (Autoria: Poder Executivo)

THIAGO GIATTI ASSIS, Prefeito do Município de Monte Mor, usando as atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 45, inciso III da Lei Orgânica do Município, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica autorizado o parcelamento dos débitos oriundos das contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal) ao Regime Próprio de Previdência Social, das competências de janeiro a dezembro de 2017, inclusive 13º salários, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º da Portaria MPS 402/2008, na redação das Portarias MPS n. 21/2013 e n. 307/2013.

Parágrafo único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Artigo 2º – Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§ 1º – As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 1 % (um por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês de pagamento.

§ 2º – As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 1 % (um por cento) ao mês e multa de 2 % (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Artigo 3º – Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.



PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

Lei 2511/2017-fls.02

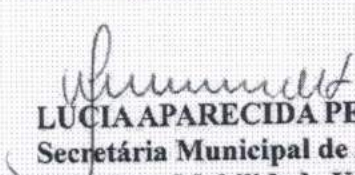
Artigo 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em sentido contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE MOR, 31 de outubro de 2017.


THIAGO GIATTI ASSIS
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio, enviada ao Serviço Registral e Notarial de Monte Mor e afixada em local de costume do Paço Municipal, na data supra.


LÚCIA APARECIDA PEREIRA ALBRECHT
Secretária Municipal de Administração,
Trânsito e Mobilidade Urbana



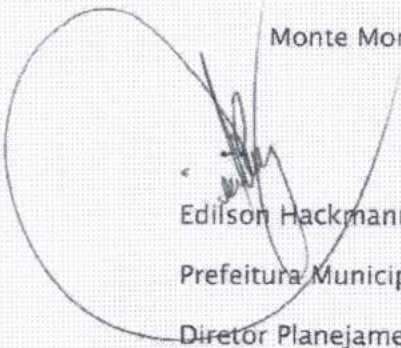
PREFEITURA DE
MONTE MOR
GOVERNO DE AÇÃO

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE LEI MUNICIPAL

DECLARO para fins previdenciários junto à Secretaria de Políticas de Previdência Social, do Ministério da Fazenda, que a Lei Municipal nº 2514, de 31 de Outubro de 2017, foi publicada por meio de afixação no Mural da Prefeitura e disponibilizada na Internet junto ao site: www.montemor.sp.gov.br em seu Portal da Transparência <http://montemortransp.presconinformatica.com.br/>, na data de 03 de novembro de 2017.

Por ser expressão da verdade, assino a presente declaração.

Monte Mor SP, 28 de novembro de 2017



Edison Hackmann

Prefeitura Municipal de Monte Mor

Diretor Planejamento Orçamentário e Convênio

Matrícula nº 2128